



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

**EXTENSÃO EM DIREITO ELEITORAL FMP:
DISCIPLINAS, PROFESSORES E CARGAS HORÁRIAS
DO MÓDULO DE DIREITO ELEITORAL (175 h)**

DIREITO ELEITORAL CONSTITUCIONAL

Carga horária: 40 h.

Direitos Fundamentais e sua interlocução com o Direito Eleitoral. Direitos políticos enquanto direitos fundamentais. Normas constitucionais que instituem direitos políticos: eficácia e restrições. Horizontalidade dos direitos políticos fundamentais.

Professor (5 h): Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet.

Curriculum: Ingo Sarlet é doutor em direito pela Universidade de Munique (1997), com diploma revalidado como doutor em direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Foi professor visitante na Harvard Law School (EUA), do Doutorado em Direitos Humanos da Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha (Espanha), da Universidade Católica Portuguesa, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal), do Instituto de Estudos Avançados em Stellenbosh (África do Sul) e do Curso de Mestrado em Direito Constitucional Europeu da Universidade de Granada (Espanha). Foi membro do Pleno do TRE-RS.

Princípios do Direito Eleitoral: Estado Democrático de Direito, Democracia, Cidadania (Soberania Popular), Sufrágio Universal e Igualdade.

Professor (5 h): Prof. Adriano Soares da Costa.

Curriculum: Advogado. Ex-Juiz de Direito (AL). Presidente da IBDPub - Instituição Brasileira de Direito Público. Conferencista. Parecerista.

Sistemas Eleitorais: majoritário, proporcional, distrital, distrital misto, distritão, etc. Histórico, adoção e aplicação dos sistemas eleitorais no contexto brasileiro. Quociente eleitoral e partidário. Cálculo e atribuição das vagas remanescentes.

Professor (10 h): Rodolfo Viana Pereira.

Curriculum: Professor Adjunto da Faculdade de Direito da UFMG. Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Coimbra. Mestre em Direito Constitucional pela UFMG. Pós-Graduado em Administração de Eleições e Direito Eleitoral pela Universidade de Paris II. Pós-Graduado em Educação à Distância pela Universidade da Califórnia, Irvine. Graduado em Direito pela UFMG. Fundador e Coordenador Acadêmico do IDDE - Instituto para o Desenvolvimento Democrático.

Condições de elegibilidade: conceito, caracterização, normas constitucionais e infraconstitucionais. Inelegibilidades: conceito, natureza jurídica e espécies (constitucionais, reflexas e infraconstitucionais). Art. 14 da Constituição e Lei



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Complementar n. 64/90, com redação da Lei Complementar n. 135/2010 (Ficha Limpa). Controle de convencionalidade. Fidelidade partidária: Lei n. 9.096/95 e Resolução n. 22.610/2007 do Tribunal Superior Eleitoral.

Professor (15 h): Profa. Dra. Marilda de Paula Silveira.

Curriculum: Doutora em Direito (2014) e mestre em Direito Administrativo (2008) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Coordenadora do curso de Pós-graduação em Direito Eleitoral da SLM em parceria com a EDB/IDP. Secretária Instituto de Direito Administrativo do DF, Professora de Direito Administrativo e Eleitoral da EDB/IDP.

A soberania popular e a Justiça Eleitoral: cassação de registros de candidaturas, de diplomas e de mandatos. Análise do conflito entre a preservação dos bens jurídicos tutelados pela ordem normativa eleitoral e a vontade popular. Interpretação sistemática do art. 81 da Constituição e do art. 224 do Código Eleitoral.

Professor (5 h): Prof. Me. Carlos Eduardo Frazão do Amaral

Curriculum: Mestre em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Secretário-Geral do TSE. Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados (Área I - Direito Constitucional, Eleitoral, Processo Legislativo e Poder Judiciário). Professor de Direito Constitucional e de Eleitoral do Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst) e da Faculdade de Direito de Campos (FDC). Professor Conferencista de Direito Eleitoral da Escola Nacional de Advocacia (ENA).

DEVIDO PROCESSO JUDICIAL ELEITORAL (AÇÕES ELEITORAIS)

Carga horária: 35 h.

Processo Civil e Processo eleitoral: contatos e distinções. O art. 15 do Código de Processo Civil de 2015 e a Justiça Eleitoral. Aplicação subsidiária e supletiva ao direito processual eleitoral. Resolução n. 23.478/2016 do Tribunal Superior Eleitoral.

Professor (5 h): Prof. Admar Gonzaga Neto

Curriculum: Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Advogado. É membro do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (IBRADE). É autor de livros e manuais de Direito Eleitoral e professor de cursos e palestrante de eventos de estudos sobre a matéria.

Ilícitos e ações eleitorais: cassação de registro ou do mandato. Abuso de poder, captação ilícita de sufrágio, condutas vedadas e captação ou gasto ilícito de recursos. Ação de impugnação de mandato eletivo (AIME), ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) e representações específicas (Rp).

Professor (10 h): Prof. Rodrigo López Zílio.

Curriculum: Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MP-RS). Coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Ilícitos e ações eleitorais que não determinam a cassação do registro ou do mandato. Propaganda eleitoral antecipada: conceito e limitações. Representações remanescentes: propaganda irregular, representação por pesquisa irregular, representação por doação acima do limite legal e direito de resposta.

Professor (10 h): Prof. Rodrigo López Zílio.

Curriculum: Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MP-RS). Coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Gerenciamento de demandas eleitorais com idêntica causa de pedir. Identidade entre demandas fundadas nos mesmos fatos e fundamentos jurídicos, mas com pedidos diversos, na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. O art. 96-B da Lei n. 9.504/97: reunião de processos. Litispendência e coisa julgada.

Professor (5h): Prof. Dr. Flávio Luiz Yarshell.

Curriculum: Mestre (1992) e doutor (1997) em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo. Obteve os títulos de Professor Livre Docente (2004) e Titular (2008) igualmente pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde leciona nos cursos de graduação e pós-graduação. Advogado. Foi Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (2006 a 2012). Recebeu o colar do Mérito Eleitoral Paulista, tendo em vista os serviços prestados à vivência democrática e ao processo eleitoral do Estado perante o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (2011).

Ação rescisória no Direito Processual Eleitoral: fundamentos, aplicabilidade, competência, prazo e procedimento.

Professor (5 h): Prof. Dr. Flávio Luiz Yarshell.

Curriculum: Mestre (1992) e doutor (1997) em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo. Obteve os títulos de Professor Livre Docente (2004) e Titular (2008) igualmente pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde leciona nos cursos de graduação e pós-graduação. Advogado. Foi Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (2006 a 2012). Recebeu o colar do Mérito Eleitoral Paulista, tendo em vista os serviços prestados à vivência democrática e ao processo eleitoral do Estado perante o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (2011).

RECURSOS ELEITORAIS E JURISPRUDÊNCIA
DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Carga horária: 20 h.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Recursos em matéria eleitoral: recurso eleitoral, embargos de declaração, agravos e recurso especial eleitoral. Diálogos entre o Código de Processo Civil e a Legislação Eleitoral.

Professor (15 h): Prof. Dr. Luiz Fernando Casagrande Pereira.

Curriculum: Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professor de processo civil da Pós-Graduação do Instituto Romeu Bacellar e de outras instituições.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre partidos políticos: entre eleições, poder econômico e democracia. Exame da atuação institucional e eleitoral das agremiações e da filtragem constitucional da legislação partidária, da distribuição de recursos públicos e da democracia.

Professor (5 h): Prof. Dr. André Ramos Tavares.

Curriculum: Professor Titular da Faculdade de Direito da USP - Largo de São Francisco, Professor Permanente dos Programas de Doutorado e Mestrado em Direito da PUC/SP; Professor-Pesquisador das Faculdades Alfa (Alves Faria) - GO, Coordenador da Revista Brasileira de Estudos Constitucionais (Qualis B2), foi Pró-Reitor de Pós-Graduação Stricto Sensu da PUC-SP (2008-2012), foi Diretor da Escola Judiciária Eleitoral Nacional - TSE (2010-2012).

**CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS: RECURSOS PÚBLICOS,
PODER ECONÔMICO E DEMOCRACIA**

Carga horária: 15 h.

Contas eleitorais e partidárias: aspectos técnicos e jurídicos. Financiamento das campanhas eleitorais e dos partidos políticos. Limites e possibilidades de doação e de utilização de recursos privados. Autonomia partidária e fiscalização da Justiça Eleitoral. Prestação de contas de campanhas eleitorais e partidárias.

Professor (15 h): Profa. Denise Goulart Schlickmann.

Curriculum: Mestranda em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduada em Auditoria Governamental pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduada em Direito Eleitoral pela Universidade do Vale do Itajaí. Graduada em Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Secretária de Controle Interno e Auditoria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Integrante dos grupos de estudo formados pelo Tribunal Superior Eleitoral para minutar as normas sobre arrecadação, aplicação de recursos e prestação de contas à Justiça Eleitoral, bem como procedimentos de auditoria das contas prestadas para aplicação em nível nacional do pleito desde 1994. Consultora Técnica da Associação dos Magistrados do Brasil para a campanha Eleições Limpas, deflagrada nas eleições de 2006. Instrutora nas áreas de Licitação e



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Contratos, Auditoria Governamental e Controle Interno, no âmbito da Justiça Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal. Conferencista na área de Direito Eleitoral.

DIREITO PENAL ELEITORAL

Carga horária: 20 h.

Direito Penal e Sociedade Democrática

Professor (5 h): Prof. Fabiano Dallazen.

Curriculum: Mestre em Direitos Fundamentais pela Universidade Luterana do Brasil (2007). Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Luterana do Brasil (2002). Promotor de Justiça Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, sendo, atualmente, Procurador-Geral de Justiça. É professor da Faculdade de Direito da FMP e do Curso de Especialização em Direito Penal e Processual Penal do IDC.

Parte geral do Direito Penal Eleitoral. Princípios penais constitucionais e as normas especiais do Código Eleitoral. Aplicação subsidiária do Código Penal.

Professor (5 h): Prof. Me. Marcelo Veiga Beckhausen.

Curriculum: Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1992) e mestrado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2000). Atualmente é procurador regional da república do Ministério Público Federal e professor-assistente da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, atuando principalmente nos seguintes temas: direito constitucional, direitos fundamentais e multiculturalismo.

Parte especial. Crimes eleitorais em espécie: delitos previstos no Código Eleitoral e nas leis extravagantes.

Professor (10 h): Prof. Me. Fernando Neisser.

Curriculum: Mestre e doutorando pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP). Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP) e do Instituto Paulista de Direito Eleitoral (IPADE). Presidente da Comissão Permanente de Estudos em Direito Político e Eleitoral e Diretor de Relações Institucionais do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Membro da Comissão de Direito Eleitoral OAB/SP. Professor convidado em cursos de pós-graduação e extensão nas áreas de Direito Político e Eleitoral na Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP-TRE/SP), Escola Superior de Advocacia (ESA-OAB/SP), Escola Nacional de Advocacia (ENA-OAB/Federal).

PROCESSO PENAL ELEITORAL

Carga horária: 15 h.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Princípios processuais penais eleitorais. Sentença penal eleitoral. Aplicação da Lei n. 9.099/95 à esfera eleitoral.

Professora (5 h): Prof. Me. Suzana de Camargo Gomes.

Curriculum: Pós-Graduação “latu sensu” realizado junto ao Centro Superior de Ensino em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, tendo como Coordenador o Senhor Professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho, com apresentação da monografia “Da coisa julgada nas ações coletivas”. Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas junto à Faculdade de Direito de Lisboa, Portugal, sob orientação do Professor Jorge Miranda, 1994/1995, aprovada com a apresentação da dissertação “A Justiça Eleitoral brasileira e sua competência”. Desembargadora aposentada do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em julho de 2012. Livros jurídicos publicados: “A Justiça Eleitoral e sua Competência” e “Crimes Eleitorais” (ambos pela Editora RT).

Procedimento processual penal eleitoral. Os princípios processuais penais constitucionais e o rito especial do Código Eleitoral. Recursos em matéria criminal eleitoral.

Professor (10 h): Prof. Dr. Luiz Carlos dos Santos Gonçalves.

Curriculum: Doutor e Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP. Procurador Regional da República - 3ª Região. Procurador Regional Eleitoral em São Paulo.

PRÁTICA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL

Carga horária: 10 h.

A Polícia Federal no contexto do Estado Democrático de Direito: normas constitucionais e institucionais, atribuições, rotinas investigatórias e a repercussão política das suas operações.

Professor (5 h): Prof. Dr. Ricardo Andrade Saadi

Curriculum: Delegado de Polícia Federal. Superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul. Mestre (2007) e doutor (2012) em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1999) e em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998).

Atuação da Polícia Federal em matéria eleitoral: A legislação eleitoral e a Resolução n. 23.396/2013 do Tribunal Superior Eleitoral. Atribuições, prioridade da função de polícia judiciária eleitoral e atuação supletiva da Polícia Civil.

Professor (5 h): Prof. Dr. Ricardo Andrade Saadi

Curriculum: Delegado de Polícia Federal. Superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul. Mestre (2007) e doutor (2012) em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1999) e em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998).



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PARTIDOS POLÍTICOS E COMPLIANCE

Carga horária: 20 h.

Conformação jurídica dos partidos políticos. O regramento da Constituição e da Lei n. 9.096/95 quanto à natureza, à autonomia, à existência e à finalidade das agremiações políticas. Contexto histórico dos partidos políticos no Brasil e na Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988).

Professora: Profa. Dra. Silvana Krause

Curriculum: Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1986), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991) e doutorado em Ciência Política - Katholische Universität Eichstätt - Ingolstadt, Alemanha (2003). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais, Partidos Políticos e Políticas Públicas. Tem atuado principalmente nos seguintes temas: comportamento eleitoral e eleições, partidos políticos e coligações eleitorais, estratégias de campanha e avaliação de políticas públicas. Membro do Conselho Consultivo da Revista Sociedade e Cultura, do Conselho Editorial da Revista Debates e do Conselho Editorial do Em Debate (Portal de Opinião Pública). Professora visitante na Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt, Alemanha (2009/2010) para a disciplina de política brasileira - ZILAS (Zentral Institut für Lateinamerika Studie) e Cátedra de Política Internacional.

Design partidário na prática: constituição e funcionamento das entidades partidárias. A disciplina da criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos na Resolução n. 23465/2015 do Tribunal Superior Eleitoral.

Professora: Profa. Dra. Silvana Krause

Curriculum: Graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1986), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1991) e doutorado em Ciência Política - Katholische Universität Eichstätt - Ingolstadt, Alemanha (2003). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais, Partidos Políticos e Políticas Públicas. Tem atuado principalmente nos seguintes temas: comportamento eleitoral e eleições, partidos políticos e coligações eleitorais, estratégias de campanha e avaliação de políticas públicas. Membro do Conselho Consultivo da Revista Sociedade e Cultura, do Conselho Editorial da Revista Debates e do Conselho Editorial do Em Debate (Portal de Opinião Pública). Professora visitante na Katholische Universität Eichstätt-Ingolstadt, Alemanha (2009/2010) para a disciplina de política brasileira - ZILAS (Zentral Institut für Lateinamerika Studie) e Cátedra de Política Internacional.

O que é compliance? Introdução às possibilidades de atuação institucional preventiva e corretiva na sociedade democrática.

Professor (5 h): Prof. Ricardo Breier.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Curriculum: Doutor em Direito Penal pela Universidade de Sevilha. Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É especialista em Criminologia pela PUC/RS e em Vitimologia pela Universidade de Sevilha. Atualmente é professor de Direito e Processo Penal da Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul e Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Professor convidado do Curso de Especialização em Sistema Criminal, Política Criminal e Direitos Humanos Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Partidos Políticos e Compliance: o dever de autocontenção das agremiações para o respeito ao Estado Democrático de Direito. Prevenção, correção e boas práticas no âmbito da atuação partidária.

Professor (5 h): Prof. Ricardo Breier.

Curriculum: Doutor em Direito Penal pela Universidade de Sevilha. Possui graduação em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É especialista em Criminologia pela PUC/RS e em Vitimologia pela Universidade de Sevilha. Atualmente é professor de Direito e Processo Penal da Escola da Magistratura/RS e da FMP. Professor convidado do Curso de Especialização em Sistema Criminal, Política Criminal e Direitos Humanos da UFRGS.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

MÓDULO ESPECIAL
ELEIÇÕES 2018: RESOLUÇÕES DO TSE (25 h)

O papel sistematizante das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral diante das lacunas das alterações legislativas. Reforma política e as eleições de 2018: Emenda Constitucional n. 97/2017, Leis. n. 13.487/2017 e 13.488/2017 e Resolução TSE n. 23.553/2018. Arrecadação de recursos para campanha: crowdfunding, novo prazo, autofinanciamento pelos candidatos.

Professor: Prof. Henrique Neves.

Curriculum: Advogado. Ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (2008-2017)

Resolução TSE n. 23.548/2018 - registro de candidaturas: convenções partidárias, coligações, pedido de registro (DRAP e RRC), vagas remanescentes, cotas de gênero e substituição de candidatos.

Professor: Prof. Alessandro Rodrigues da Costa.

Curriculum: Mestre em Direito. Professor de Direito Eleitoral. Ex-Coordenador de Registros Partidários, Autuação e Distribuição da Secretaria Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral.

Resoluções TSE n. 23.548/2018 e n. 23.554/2018 - Impugnação ao registro de candidatura e Lei Complementar n. 135/2010 (Ficha Limpa): Legitimidade e procedimentos. Questões práticas do processo de registro de candidatos. Emprego do Processo Judicial Eletrônico (PJe). Recurso contra expedição de diploma (RCED).

Professor: Prof. Alessandro Rodrigues da Costa.

Curriculum: Mestre em Direito. Professor de Direito Eleitoral. Ex-Coordenador de Registros Partidários, Autuação e Distribuição da Secretaria Judiciária do Tribunal Superior Eleitoral.

Resoluções TSE n. 23.551/2018 e n. 23.549/2017 - Propaganda eleitoral e horário gratuito: as condutas ilícitas na divulgação das campanhas eleitorais e as novas regras do horário eleitoral gratuito. Pesquisas eleitorais.

Professor: Prof. Rodrigo López Zílio.

Curriculum: Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MP-RS). Coordenador do Gabinete de Assessoramento Eleitoral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Resolução TSE n. 23.547/2017 - Representações, reclamações e direito de resposta. Legitimidade, competência, hipóteses de ajuizamento, prazos, procedimentos e recursos.

Professora: Profa. Dra. Marilda de Paula Silveira.

Curriculum: Doutora em Direito (2014) e mestre em Direito Administrativo (2008) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Coordenadora do curso de Pós-graduação em Direito Eleitoral da SLM em parceria com a EDB/IDP. Secretária Instituto de Direito Administrativo do DF, Professora de Direito Administrativo e Eleitoral da EDB/IDP.